

A. I. N ° - 269189.3007/06-7
AUTUADO - GOLMUR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - JOÃO JOSÉ DE SANTANA
ORIGEM - INF AZ BARREIRAS
INTERNET - 26.03.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0068-04/10

EMENTA: ICMS. 1. IMPORTAÇÃO. EQUIPAMENTO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Restou comprovado que a operação de importação está amparada pelo regime de diferimento. Infração descaracterizada. 2. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS. NULIDADE. Documentos juntados com a defesa comprovam a existência de diversas inconsistências no levantamento fiscal. O demonstrativo refeito pela fiscalização apresenta metodologia para apuração do imposto diferente da utilizada na constituição do crédito fiscal o que conduz a ausência de elementos suficientes para se determinar com segurança a infração. Infração nula. Não acatado o pedido de perícia/diligência fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 30/06/06, exige ICMS no valor de R\$881.792,78, acrescido das multas de 60% e 70%, em decorrência das seguintes infrações:

01. Falta de recolhimento do ICMS devido pelas importações tributadas realizadas pelo estabelecimento - R\$76.988,00.
02. Falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saída de mercadorias tributadas efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem o respectivo lançamento na sua escrita, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado (2005) - R\$804.804,78.

O autuado, em sua impugnação (fls. 19/25), inicialmente discorre sobre a autuação e preliminarmente afirma que o imposto exigido na primeira infração não pode prosperar visto que está amparado pelo art. 343, XLVIII do Dec. 6.284/97 em relação à importação do exterior de bens destinados ao ativo imobilizado para ser utilizado em processo de implantação ou ampliação de planta de produção, inclusive automação, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação.

Esclarece que em 10/03/05 se dirigiu a Infaz Barreiras e teve deferido pelo Inspetor Fazendário a guia para liberação da mercadoria importada, sem comprovação do recolhimento do ICMS.

Afirma que não foram solicitados outros documentos naquela oportunidade e que no seu entendimento a guia emitida preenche as formalidades legais do diferimento, sendo redundante a exigência de outras declarações em paralelo nos termos do citado dispositivo legal.

Quanto à infração 2, afirma que o Auto de Infração “está fundamentado em presunção de 40% de pluma calculado sobre a entrada de algodão em capulho, exigindo a saída de pluma em montante assim apurado”.

Contesta a forma de apuração “onde as entradas são arbitradas e as saídas apuradas de acordo com a emissão de documentos fiscais”, alegando que a empresa dispõe de documentos fiscais de entrada e saídas que permitem fazer o levantamento real com base no art. 936 e não aplicando as hipóteses de arbitramento previstas nos artigos 937/938, tudo do RICMS/BA.

Argumenta que a depender de eventos climáticos adversos, quando do desenvolvimento da planta, clima seco em determinados meses e excesso de chuvas em outros prejudicou os capulhos no aproveitamento das plumas; também as diferenças tecnológicas utilizadas pelos produtores, uns utilizando tecnologia de ponta e outros com tecnologias medianas ou sem emprego de nenhuma tecnologia; incidência de pragas (bicudo); produtos colhidos com altos índices de umidade, tudo isso compromete o beneficiamento, perde a umidade, não havendo meios precisos para medir diferenças que acredita serem os principais.

Informa que o Anuário Brasileiro de Algodão de 2006 traz um comparativo entre as safras 2004/2005 e 2005/2006 onde o índice médio de aproveitamento nacional foi de 37,88% tendo considerado no seu demonstrativo um índice de aproveitamento de 37,71%.

Em seguida apresentou demonstrativos indicando os estoques, encomendas de algodão em capulho, algodão pluma, caroço e resíduos com base nos dados registrados em sua contabilidade. Observa que no demonstrativo do processo de beneficiamento constatou uma diferença de 0,90 kg ocorrido no conta corrente do cliente Leonardo Mano, ficando demonstrado que não houve omissão de saídas.

Esclarece que “o Estoque inicial e final constante do seu Livro de Inventário está incompleto e pouco claro, deixando obscuro a que tipo de produto derivado do algodão se referem os quilos ali relacionados, se CAPULHO, se PLUMA, se CAROÇO ou ainda, se RESÍDUOS”.

Ressalta que o autuante deixou de considerar as devoluções de capulho, o que gerou diferença nas saídas e que se coloca a disposição do Fisco para maiores esclarecimentos e comprovações que se fizerem necessárias, inclusive revisão por fiscal estranho ao feito, se assim entender os julgadores. Requer a improcedência do Auto de Infração, aplicando-se tão somente a multa prevista no art. 915, § 10 do RICMS/BA, pelas incorreções no seu livro de Registro de Inventário.

O autuante na informação fiscal (fl. 172), inicialmente discorre sobre as infrações, faz um resumo das alegações defensivas em relação à infração 1 e em relação à infração 2 ressalta que o percentual de 40% apurado no resultado do algodão em pluma no processo de beneficiamento “é o utilizado no processo de beneficiamento na região e pela empresa conforme demonstrado nos documentos anexos, para apuração de seus estoques”.

Afirma que “Diante de tais alegações sugiro que seja solicitado à autuada um desmembramento de seu demonstrativo sintético inserido na peça de defesa, apresentando de forma analítica e detalhada as operações realizadas por cada produto” e que na impossibilidade da apresentação de tais demonstrativos, mantém a autuação.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal (fl. 174), tendo o autuado se manifestado às fls. 176/188.

Esclarece que elaborou um demonstrativo por produtor onde constam números das notas fiscais de entrada de capulho, notas fiscais de saídas com índice de aproveitamento, os produtos produzidos no exercício de 2004 e comercializados em 2005, separando por operações (fls. 176/188). Requer que sejam analisados e se coloca à inteira disposição para esclarecimentos.

O autuante prestou a segunda informação fiscal (fls. 328/330) e disse que diante dos demonstrativos apresentados pelo autuado com informações relativas a cada produtor rural, com finalidade de apurar a infração 2, faz as seguintes observações:

1. De acordo com os dados quantitativos do estoque inicial/final, entradas e saídas, o índice de beneficiamento de 38,53%;

2. As informações sobre os estoques inicial e final de capulho no livro Registro de Inventário apresentam inconsistências que dificultam a apuração do real beneficiamento, porém, os relatórios apresentados pelo contribuinte em relação a cada fornecedor demonstraram conter uma informação mais correta, motivo pelo qual acatou as informações apresentadas;
3. As informações sobre o estoque inicial de algodão em pluma no livro Registro de Inventário (fl. 9) expressa de forma correta a natureza do produto, motivo pelo qual considerou as quantidades escrituradas;
4. Considerando a preponderância das operações de beneficiamento por encomenda fez a exclusão dos estoques indicados para comercialização, dado a fragilidade da informação;
5. Com relação às operações com o produtor Sergio Borquetti, reafirma o estoque inicial apontado no AI (fl. 9) e considerou saída de pluma de 250443 kg pela NF 1729, visto que apesar de emitida como resíduos, não se coaduna com os índices de beneficiamento praticados (fls. 298/299). A inclusão como pluma resulta num índice de beneficiamento de 39% compatível com as operações com o produtor;
6. Incluiu 36.850 kg pela NF 1545 de Leonardo Mano; inclusão de saída de 375.500 kg e 61.749 kg nas saídas de plumas com Airtton Gorgen pelas notas fiscais 1537 e 1555 e saída de capulho de 141.000 kg pela nota fiscal 1987;
7. Incluiu 35.430 kg de pluma pela nota fiscal 1542 de Emerson Obata e incluiu 125.000 kg de pluma pela NF 1533 de Nabor Zuttion;
8. Não considerou 477.503 kg de pluma, pela NF 1728 pois a mesma se refere a resíduos (fl. 326) e se considerado pluma, o índice de 39,05% seria elevado para 56,68% que é incompatível com o processo de beneficiamento.
9. Incluiu 177.163 kg de pluma pela NF 1734 de Lauri Kappes que indica índice de aproveitamento de 42,95% e se desconsiderado, o índice cai para 26,93%.

Pelo exposto, apresentou novo demonstrativo que apura omissão de saída de algodão em pluma de 210.694,82 kg com base de cálculo de R\$625.763,63 e ICMS devido de R\$106.379,82.

Ressalta que em relação ao estoque final de algodão em pluma considerado, deve ser realizada verificação fiscal quanto às operações ocorridas no exercício de 2006.

Salienta que considerou nos ajustes realizados, a fragilidade do controle de estoques existentes na empresa, “cujo controle era exercido por pessoa não qualificada” inclusive informado que sua experiência anterior era como balconista de açougue e também que a atividade principal da empresa é a prestação de serviço de beneficiamento de algodão.

Intimado para tomar conhecimento da segunda informação fiscal (fl. 334) o autuado se manifesta (fls. 336/342) dizendo que passa a contestar a nova informação fiscal na qual foi reduzido o débito da infração 2 de R\$804.814,78 para R\$106.379,82.

Tece comentários sobre os ajustes procedidos (estoque inicial) e presta os seguintes esclarecimentos:

Diz que o autuante validou os estoques “que está escrito no Livro de Inventário, valendo-se destes dados para validar seu Auto de Infração”, o que não concorda, visto que disponibilizou planilhas elaboradas com toda a movimentação realizada por produtor referente ao exercício de 2004 (capulho beneficiado, pluma resultante do beneficiamento, devoluções efetuadas, e estoque final), o que não pode ser ignorado.

Alega que a fiscalização centrou o trabalho na indústria de beneficiamento, não fiscalizando o comércio de compra e venda de pluma.

Com relação às operações praticadas com o produtor Sergio Borquetti. reafirma que o estoque inicial de pluma apontado no AI conforme fl. 09, considerando co

considerá-la resíduo diante dos índices de beneficiamento praticados. Afirma que como comprovado na fls. 298/299, a inclusão da referida nota fiscal como pluma resultaria em um índice de beneficiamento de 39% nas operações do produtor, compatível com o apurado nas operações da empresa (1) e praticado na região.

Argumenta que o autuante considerou o estoque inicial de 424.361 kg apontado no AI e se contradiz ao considerar como saída de pluma de 250.443 kg pela nota fiscal 1729, por entender que esta quantidade de saída de pluma daria consistência ao índice de aproveitamento de 39%. Alega que o produto devolvido através da referida nota fiscal decorre da produção do exercício de 2004 e o índice de produção de pluma é calculado de acordo com o ano produtivo, independente de ter sido devolvido no exercício seguinte.

Em seguida apresentou dois cálculos de índices de aproveitamento às fls. 337/338, considerando como estoque final de 2004 (inicial de 2005) igual a 424.361 quilos de pluma de acordo com a nova informação fiscal, resultante de beneficiamento de capulho no exercício de 2004 de 1.581.075 quilos o que resulta em índice de aproveitamento de: Pluma = $790.538,00 \times 100 \div 1.581.075,00 = 50,00\%$; Carvão = $790.537,00 \times 100 \div 1.581.075,00 = 50,00\%$ e Lixo = $0,00\%$.

Afirma que o índice de aproveitamento de pluma apresentado pelo auditor é inconsistente, devendo ser alterado, de acordo com o anexo 16 apresentado na defesa, que tem os seguintes dados de aproveitamento: PLUMA = $616.620,00 \times 100 \div 1.581.075,00 = 39,00\%$; CAROÇO = $790.537,00 \times 100 \div 1.581.075,00 = 50,00\%$ e LIXO = $173.918,00 \times 100 \div 1.581.075,00 = 11,00\%$.

Argumenta que se faz necessário alterar o Demonstrativo da última informação fiscal referente ao Produtor Sergio Borguetti, alterando o estoque inicial de 424.361,00 kg de pluma para 250.443,00 kg.

Manifestou que as inclusões das quantidades feitas pelo autuante relativo às notas fiscais 1545, 1537, 1555, 1987, 1542, 1533 estão corretas.

Com relação às operações com o produtor Paulo Schmidt, mantendo o estoque inicial do AI, e deixando de considerar em inclusão de saídas de pluma de 477.503 kg pela nota fiscal 1728, está equivocada, visto que soma o saldo do estoque de pluma do exercício anterior a pluma produzida no exercício fiscalizado e apura o índice de beneficiamento. Passa a demonstrar o cálculo dizendo que os 2.814.462 kg beneficiados em 2004: PLUMA = $1.097.638,00 \times 100 \div 2.814.462,00 = 39,00\%$; CAROÇO = $1.407.232,00 \times 100 \div 2.814.462,00 = 50,00\%$ e LIXO = $309.592,00 \times 100 \div 2.814.462,00 = 11,00\%$.

No exercício de 2005, foram beneficiados relativos ao produtor Paulo Schmidt 2.708.122 kg: PLUMA = $1.057.534,00,00 \times 100 \div 2.708.122,00 = 39,05\%$; CAROÇO = $1.446.000,00 \times 100 \div 2.708.122,00 = 53,39\%$ e LIXO = $204.588,00 \times 100 \div 2.708.122 = 7,56\%$

Ressalta que há uma diferença na quantidade de capulho, tendo considerado como correto o valor constante do Anexo 08 que é maior em 8.898 quilos nos controles do Produtor em questão.

Alega ainda que também é necessário corrigir a quantidade de capulho devolvida ao produtor Dionizio Zanotto que apresenta uma diferença de 69.000 quilos em conformidade com a nota fiscal 1986 de 06/10/2005. Feitas as correções apontadas, apresentou o demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DO EST. INICIAL/FINAL E DE PRODUÇÃO DE PLUMA POR PRODUTOR RURAL – EXERCÍCIO DE 2005							
EMPRESA BENEFICIADORA: GOLMUR IND. E COMERCIO LTDA							
INSCRIÇÃO NO CNPJ: 04.029.789/0001-64 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 54.672.655 – NO							
PROD. RURAL	Est.Inicial	Entr.Capulho	Prod.Pluma	Índ. Aprov.	Est. Final	Saída Pluma	
Leonardo Mano	36.850,00	2.028.695,00	825.152,00	40,6740%	184.106,00	677.896,00	0,00
Todd		1.500.245,00	589.243,00	39,2764%	39.782,00	549.461,00	0,00
Zanotto		1.034.360,00	416.742,00	40,2898%	2.204.000,00	208.428,00	0,00
Franciosi		.303.735,00	495.420,15	38,0000%	44		

Lauri Kappes		1.106.500,00	475.250,00	42,9507%	0,00	475.250,00	0,00
Ricardo Uemura		1.399.677,00	525.540,00	37,5472%	5.557,00	519.983,00	0,00
Airton Gorgen	437.250,00	2.384.570,00	893.409,00	37,4662%	133.341,00	1.197.318,00	0,00
Paulo Schmidt	477.503,00	2.708.122,00	1.057.534,00	39,0504%	153.732,00	1.381.305,00	0,00
Laurindo Castilhos		11.702.925,00	4.421.133,00	37,7780%	831.830,0 0	3.589.303,00	0,00
Alexander		373.160,00	144.630,00	38,7582%	0,00	144.630,00	0,00
Fedrizzi		169.820,00	66.259,00	39,0172%	12.302,00	53.957,00	0,00
Kerber		743.530,00	283.128,00	38,0789%	52.450,00	230.678,00	0,00
Ademar Marçal		4.372.180,00	1.696.697,00	38,8066%	0,00	1.696.697,00	0,00
Walter Hirata		923.010,00	342.935,00	37,1540%	0,00	342.935,00	0,00
Sergio Borguetti	250.443,00					250.443,00	0,00
Nabor Zuttion	125.000,00					125.000,00	0,00
Nelson Schneider	1.944.000,00					1.944.000,00	0,00
Teixeira	108.929,00					108.929,00	0,00
Paulo Bodner	57.200,00					57.200,00	0,00
Emerson Obata	35.430,00					35.430,00	0,00
TOTAIS	3.472.605,00	31.750.529,00	12.233.072,15	38,5287%	1.882.608,15	13.823.069,00	0,00

Por fim, afirma ser necessário fazer as correções no demonstrativo ajustado pelo autuante o que comprova a inexistência de omissão de saídas de mercadorias. Requer a improcedência do Auto de Infração.

O autuante presta nova informação fiscal (fl. 345) e diz que o autuado requer a improcedência da autuação “sem apresentar fato novo que possa ser analisado”, visto que confunde os procedimentos aplicáveis ao levantamento de estoque em exercício aberto e fechado, considerando transposição de dados de outro exercício. Mantém os ajustes procedidos na última informação fiscal e opina pela procedência parcial do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração exige ICMS relativo à falta de recolhimento do imposto devido pelas importações e omissão de saída de mercadorias apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado.

Inicialmente, consoante o art. 147, inciso II, alínea “b”, do RPAF/99, fica indeferido o pedido formulado pelo defendente para a realização de revisão fiscal, por considerá-la desnecessária, em vista das provas produzidas nos autos.

Com relação à infração 1, na defesa apresentada o autuado alegou que o imposto exigido não podia prosperar visto estar amparado pelo art. 343, XLVIII do Dec. 6.284/97.

O autuante na primeira informação fiscal (fl. 172) não contestou a alegação defensiva, limitou-se apenas a fazer um resumo dos argumentos apresentados pelo defendente, nem se manifestou sobre esta infração nas duas informações fiscais apresentadas posteriormente.

Pela análise dos elementos apresentados no processo, verifico que conforme demonstrativo à fl. 7, foi descrito como importado pela Declaração de Importação 502483711 uma Descaroçadeira e deslinateira. Conforme disposto no art. 343, XLVIII é contemplado com o diferimento:

As entradas decorrentes de importação do exterior de bens destinados ao ativo imobilizado de estabelecimentos industriais ou agropecuários localizados neste Estado, para serem utilizados em processo de implantação ou ampliação da planta de produção, inclusive sua automação, e atestado em declaração firmada pelo interessado, para o momento em que ocorrer a sua desincorporação.

Como não foram trazidos outros elementos ao processo, constato (descaroçadeira) e é coerente sua incorporação no ativo imobilizado

que exerce atividade de beneficiamento de algodão, estando, portanto contemplado com o diferimento do ICMS na operação de importação do bem. Logo, deve ser afastado integralmente o valor exigido nesta infração.

Com relação à infração 2, refere-se à exigência de ICMS em decorrência da apuração de omissão de saída de mercadorias apurado em levantamento quantitativo de estoque em exercício fechado.

Analisando a sequência dos fatos faço as seguintes constatações:

- a) ALGODÃO EM CAPULHO: De acordo com os demonstrativos elaborados pelo autuante (fls. 5 e 6), foram computados estoque inicial de 1.527.960 kg, estoque final de 4.266.140,95 kg, entrada de 40.685.705,90 kg e saída de 10.654.402 kg o que resultou em disponibilização para beneficiamento de 27.293.122,95 kg;
- b) Em seguida foram aplicados os percentuais de 40%, 52% e 8% para apuração respectivamente de ALGODÃO EM PLUMA, CAROÇO e RESÍDUOS, o que resultou em quantidade beneficiada de algodão em pluma de 10.917.249,18 kg que foi somada ao estoque inicial de 3.276.010,85 kg e deduzida do estoque final de 93.354,55 kg que comparado com as saídas de 12.505.517 kg resultou em omissão de saída de 1.593.988,48 kg;
- c) Na defesa o autuado alegou inconsistência do percentual de 40% para apurar o algodão em pluma, indicando o índice médio nacional da safra 2005/2006 em 37,88%; Ponderou que a movimentação dos estoques deveria ser feita com base em documentos fiscais; Admitiu insegurança na escrituração do estoque inicial e final; Que o autuante não considerou as devoluções de capulho no seu levantamento;
- d) Na primeira informação fiscal (fl. 172), o autuante afirmou que o percentual de 40% é o utilizado no processo de beneficiamento na região e pela empresa. Sugeriu que fosse desmembrado o demonstrativo sintético da defesa em analítico e por produto;
- e) O autuado apresentou novo demonstrativo (fls. 176/188) e com base nos dados nele contidos o autuante refez o demonstrativo inicial (fl. 331), apurou índice de beneficiamento de 38,53%. Acatou parte das quantidades indicadas pelo autuado (estoque inicial e final, entradas, saídas, tipo de produto) o que foi contestado pelo autuado em novo demonstrativo juntado à fl. 341.

Conforme resumo acima, confrontando o demonstrativo original com o refeito pelo autuante (fls. 6 e 331), constato que foi alterada substancialmente a metodologia aplicada, senão vejamos:

- 1) O estoque inicial de pluma (2005) computado à fl. 6 foi de 3.015.902,85 kg conforme relacionado na fl. 5 e escriturado no livro Registro de Inventário (RI) à fl. 9. Já o demonstrativo à fl. 331 computa estoque inicial de 3.182.031,85 kg. Observo que foram incluídos 108.929 kg relativos ao produtor Ricardo Teixeira e 57.200 kg relativos ao produtor Paulo Bodner. Estas quantidades não estão escrituradas no livro RI à fl. 9 e não poderiam ser consideradas no levantamento quantitativo dos estoques;
- 2) O estoque final de pluma (2005) computado à fl. 6 foi de 93.354,55 kg conforme relacionado na fl. 6. Esta quantidade também não está escriturada no livro Registro de Inventário (RI) à fl. 11. Já o demonstrativo à fl. 331 computa estoque final de 1.882.408,15 kg que também não está escriturado no livro RI. Tal procedimento impossibilita uma avaliação objetiva para formação de juízo de valor, tendo em vista que não se baseia em dados contidos na escrita fiscal (os relatórios apresentados pela empresa indicam tratar-se de saídas ocorridas no exercício de 2006).
- 3) No demonstrativo à fl. 6 foi indicado entrada de 40.685.705,90 (40.084.705,90 + 601.000 kg) e saída de 10.654.402 kg de capulho de algodão. Já o demonstrativo à fl. 331 indica entrada de 47.480.435 kg e saída de 15.669.804 kg. Apesar do autuante ter indicado as quantidades que foram incluídas com base em notas fiscais no demonstrativo refeito, verifico que no Auto de Infração foi juntado apenas um demonstrativo de saídas à fl. 12 relativo totalizando 276.419 Kg, sem indicação de que produto (algodão e

ao mês de janeiro e fevereiro/05, quantidade esta que não apresenta qualquer correspondência com as saídas indicadas no demonstrativo à fl. 6 totalizando 12.505.917 kg. Da mesma forma, na fl. 13 foi indicado entradas pelas notas fiscais 368, 537, 639 e 1179 e saídas pelas notas fiscais 2046, 2172 e 2225 totalizando respectivamente 260.108 kg e 133.773,50 kg, quantidades também não correlacionadas com as quantidades de entradas e saídas tanto de algodão em capulho como de algodão em pluma indicadas no demonstrativo sintético juntado à fl. 6.

Concluo que a apresentação de demonstrativo das quantidades entradas e saídas com indicação parcial de notas fiscais ou ausência de demonstrativos sintéticos por documento fiscal correspondente às quantidades de entrada e saída indicado no demonstrativo sintético original, impossibilita fazer comparação com o demonstrativo apresentado na defesa, para promover inclusões ou exclusões de quantidades não computadas ou computadas indevidamente no levantamento fiscal. Tudo isso, dificulta a formação de um juízo de valor quanto à correção ou não das quantidades apontadas pelo autuante no Auto de Infração, na defesa do autuado, na informação fiscal prestada pelo autuante e na manifestação acerca da informação fiscal.

- 4) No demonstrativo à fl. 6 foi indicado estoque inicial de 1.527.960 kg e estoque final de 4.266.140,95 kg de algodão em capulho conforme registrado no livro RI (fls. 9 e 11). Entretanto não foi computado o estoque inicial e final do mesmo produto (algodão em capulho) no demonstrativo refeito à fl. 331 o que dificulta a comparação entre o demonstrativo inicial e o refeito.

Por tudo que foi exposto, concluo que para se determinar a base de cálculo é indispensável que se demonstre com clareza o critério ou método adotado pela fiscalização de modo que seja entendida pelo sujeito passivo, com fundamento na legislação.

Concluo que após análise de tudo quanto foi aqui colocado, que ocorreu existência defeituosa da demonstração de como se chegou à base de cálculo do imposto lançado, e após o refazimento dos demonstrativos originais, ocorreu mudança relevante no método aplicado para a apuração da base de cálculo, fatores que, de acordo com o art. 18, IV, “a”, do RPAF/99, conduzem à nulidade dos procedimentos fiscais.

Dessa forma, declaro nula a infração 2. Represento a autoridade fazendária, para que, através de novo procedimento fiscal, seja apurado o tributo a salvo de equívocos.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269189.3007/06-7**, lavrado contra **GOLMUR – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**.

Esta Junta recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, I, “a”, 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de março de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR – JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR